

A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DA NOVA CULTURA

Uma leitura da obra de Gramsci

Jefferson Ildelfonso da Silva

Pontifícia Universidade Católica de
Campinas.

A formação de uma nova cultura aparece como o aspecto do pensamento de Gramsci que melhor responde às necessidades de situar a educação no contexto de transformação revolucionária, exigido pelo momento histórico brasileiro.

Ao situar sua preocupação pela criação da nova cultura, Gramsci, antes de tudo, se opõe visceralmente a ver idealisticamente a cultura como válida por si mesma, pela sua relação com o universo do pensamento. As preocupações se enraízam alhures. O que o afeta realmente é o fato histórico da subordinação das classes populares e a solidariedade que tem com elas. Vê sua missão como o desafio político de encontrar caminhos para que “os simples” possam assumir o lugar de dirigentes na sociedade. Essa tarefa política permeia todo o seu pensamento e determina a sua atividade. A hegemonia do proletariado é seu objetivo final, e os interesses do proletariado vão determinar o modo de ver a cultura.

1. O senso comum e a ideologia na formação da nova cultura.

Gramsci coloca o ponto de partida da cultura, não no conhecimento dos sábios, mas no saber popular gerado pelas condições de existência dos “simples”. Fundamentando-se na unidade entre a teoria e a prática, considera todos os homens como “intelectuais”, não havendo possibilidade de prática humana não relacionada com a teoria. Desse modo tira dos “pensadores” o privilégio do trato das coisas da inteligência. Essa raiz “intelectual” dá as bases para o significado do “folclore” e do senso comum plantados nas camadas populares.

Como “a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico”¹, o folclore e o senso comum se dão no processo histórico da prática e do pensar das camadas populares, infiltrados por outros pensares e “reduzidos” pelas limitações de suas condições de existência. Assim mantêm características de um amálgama

contraditório, onde convivem fragmentos de diferentes visões de mundo que se estratificaram através do devir histórico.²

A "concepção de mundo", como manifestadora do senso comum e gerada em primeiro lugar pelas condições materiais de existência, marca contraditoriamente a prática determinada por tais condições. Nesse sentido ela participa das próprias forças materiais da sociedade, e assume papel determinante no desenvolvimento dessa mesma sociedade, tendo em vista que a força da concepção de mundo, feita "ideologia", não provém de algo "intrínseco" a ela, mas de sua relação com as forças materiais de produção enquanto sociais, é necessário que essa mesma ideologia envolva as diversas relações da sociedade, isto é, que envolva e unifique o maior número de indivíduos que estão nestas relações. O envolvimento, que se dá materialmente e historicamente, é marcado pela sociedade dada com suas relações de produção divididas e antagônicas, isto é, traz em si a marca do conflito dominante-dominado. Conflito esse que determina as linhas da luta política em busca da hegemonia. Conseqüentemente, a ideologia do dominado, para prevalecer na luta, deve assumir o caráter crítico capaz de discernir as infiltrações da ideologia dominante geradora de vieses, e as deturpações de interpretação da realidade nascidas da ingenuidade do trato imediato do pseudoconcreto de caráter absorvedor. Mantendo-se nesse nível do imediato a concepção de mundo do trabalhador está sem condições de atingir a totalidade do real e se vê enfraquecida para aglutinar os indivíduos e para oferecer condições e manter uma mudança que venha a se dar nas relações básicas de produção.

É fundamental a organização da ideologia e sua fundamentação na ciência elaborada para se manter no processo político da luta para se fazer dirigente. A tarefa de realizar essa organização define o papel específico de intelectual dentro do grupo social empenhado na luta política. A função de intelectual, que tem como pré-requisitos os instrumentais científicos e organizacionais, é assim determinada pelo grupo e pela sua luta política, tornando-se necessário ultrapassar o conceito de intelectual como mero possuidor de ciência. Assumem a função social de intelectual pessoas, instituições (como a escola etc.), organizações (como sindicatos, partidos políticos etc.) e veículos de comunicação (como os jornais etc.), geradores dessa crítica e dessa organização.

2. A sociedade civil e a sociedade política, como Estado, na formação da nova cultura.

Uma nova cultura vai-se criando na medida em que surge um novo consenso gerado por uma reforma intelectual e moral que modifica a visão de mundo e determina comportamentos coerentes. Nessa formação as "razões políticas e, em última instância, sociais"³ constituem as bases

geradoras da orientação geral das massas, sobre a qual atuam os elementos organizadores de coerência e autoridade.

A nova cultura se faz nas relações dos indivíduos das classes populares e pelos órgãos da sociedade, "fora" do âmbito específico da atuação dos instrumentos coatores do poder. Daí a necessária distinção entre a sociedade civil dos indivíduos e das organizações particulares e a sociedade política do poder marcada pelo comportamento de domínio. É importante observar que tal distinção não significa exclusão, mas uma relação de mútua inclusão, não só pela "natural" extrapolação da prática concreta que sempre se dá no envolvimento do todo, mas também pela mútua dependência e determinação no fazer-se histórico de ambas. Com isso ficam indefinidas as fronteiras do consenso ideológico e do domínio político.

O partido político assume papel importante de instrumento da nova cultura enquanto, pelo seu caráter revolucionário, incorpora tanto o aspecto ideológico quanto o político. Sua função diretiva faz delas, não apenas o formador dos intelectuais políticos qualificados para o desenvolvimento orgânico da sociedade civil e política⁴, mas aquele que "atua sobre o povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva"⁵ e, assim, levá-lo à fundação do novo Estado.

Para uma compreensão mais total é importante ressaltar as relações da estrutura de produção com a superestrutura ideológica e política. Pelo fato de a superestrutura revelar os conflitos que se dão na estrutura, não pode haver uma hegemonia na superestrutura sem ter suas bases na estrutura e sem que implique nessa uma transformação. Por isso não se dá uma nova cultura sem um novo Estado e uma nova estrutura de produção fundamentada na hegemonia das classes populares. A formação desse novo bloco em um momento histórico constitui o objetivo final da nova cultura.

É necessário ainda ressaltar que o processo de formação da nova cultura, em gestação na atual sociedade capitalista e anterior à formação do novo Estado, é extremamente complexo enquanto envolve interferências muito diversas geradoras de atitude crítico-polêmica, e enquanto só se desenvolverá com "o desenvolver-se das relações sociais".⁶

O fato político não se limita às relações básicas que se dão na estrutura econômica da sociedade e nem só nas relações entre a estrutura e superestrutura social. Para superar o perigo de não ver essas relações senão como um processo mecânico de necessidade, é importante ressaltar as relações que se dão na superestrutura ao nível da não-necessidade. A historicidade do conjunto social acontece pela intervenção "voluntarista" do homem nas suas condições materiais de existência, ainda que só a possa fazer ao ser determinado por essas mesmas condições. É a intervenção do homem sobre a natureza e a sociedade que caracteriza sua história como

cultura em busca da realização unitária do conjunto social. A concepção de mundo, gerada pela atividade do conjunto dos indivíduos e vista como fato intelectual, é um acontecimento fundamental de cultura que se dá na superestrutura social. Apesar do agir e o pensar se incluírem mutuamente, e precisamente por isso, a fraca elaboração do pensar de um grupo social é suplantada pelo pensar, pela concepção de mundo, de outro grupo que a possua de modo mais elaborado. Aparece aí a contradição real do pensar e do agir como desagregação e subordinação. A possibilidade de intervenção nas transformações da sociedade se enfraquece e a função cultural se deteriora.

A tarefa de recompor o pensar e o agir, colaborando para a formação de uma concepção de mundo homogênea que recupere a coerência e a força libertadora do agir, é exigência fundamental do novo Estado. Em uma sociedade dividida essa tarefa implica complexidade de uma realidade onde, de um lado a força dominante de uma classe, gerada nas relações estruturais e confirmada na superestrutura, impõe sua concepção de mundo; e, de outro lado a subordinação do pensar e do agir da classe subalterna provoca sua desagregação e impede a formação da unidade capaz de contribuir para a superação da própria subordinação. A superação dessa contradição significa a criação de uma nova cultura, a cultura da massa oprimida, marcada pela difusão crítica das verdades já descobertas que possam tornar-se "elementos de coordenação e ordem intelectual e moral", e que possam conduzir uma multidão de homens "a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente".⁷

O pensar coerente e unitário não surge espontaneamente como uma erupção das massas, mas exige um trabalho árduo e persistente de intelectuais que pensam criticamente a realidade. Não basta para isso o intelectual portador de uma "cultura geral" e que se constitua como tal pelo fato de se considerar um grupo social autônomo, mas é necessário um novo tipo de intelectual vinculado à massa popular, comprometido com a realidade dela e com o esforço de ajudá-la a pensar criticamente essa mesma realidade. A função desse intelectual não se limita aos indivíduos isolados, mas tende a atingir a todos, a uma multidão, com o fito de criar a "unidade ideológica de todo o bloco social".⁸

3. A educação na formação da nova cultura

Todo o processo da formação da nova cultura cria relações pelas quais ele se dá e que são relações de hegemonia. Como "toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica"⁹, a educação assume um papel preponderante na criação da nova cultura. Tendo presente que a relação educativa "não pode ser limitada às relações especificamente 'escolásticas' ...mas que existe em toda a sociedade em seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos"¹⁰, os

instrumentos dessa formação são os mais diversos surgidos na sociedade civil.

Tendo já ressaltado o papel “pedagógico” do partido político, importa ver a escola como uma das mais relevantes organizações culturais, tanto para a formação dos intelectuais quanto para a difusão crítica e a socialização das verdades já descobertas que possam tornar-se “elementos de coordenação e ordem intelectual e moral” junto ao maior número de homens. A condução dos “simplórios” a uma concepção de vida superior e à instrumentação do proletariado para se tornarem dirigentes, marca a função da escola na criação da nova cultura e formação do novo Estado. A escola, que tem seu enfoque na organização da cultura, deve manter suas ligações com o partido político para que a cultura não se desgarre do seu significado político. Também aqui, somente o desenvolvimento das relações sociais e o crescimento orgânico da sociedade civil poderão dar as bases reais para a inter-relação escola-partido no contexto da nova cultura.

O “confronto” consenso-direção estará aí presente: aquele como preocupação fundamental da educação e base da hegemonia cultural, e esta como função primordial da ação política do partido. As relações entre ambos, no entanto, se incluem mutuamente, pois a cultura, enquanto organização, importa a direção, e o consenso, ao surgir das condições concretas comuns, precisa ser cimentado pela direção, do mesmo modo que “a relação entre filosofia ‘superior’ e senso comum é assegurada pela ‘política’”¹¹. A nova cultura, como hegemônica, só se realizará na hegemonia política. “A função hegemônica, nesse sentido, não é só a de formar uma vontade coletiva que se proponha criar um novo Estado. É também a elaboração, a difusão e a realização de uma nova concepção de mundo”¹².

Neste contexto o princípio educativo incorpora o “conformismo” como aspecto diretivo e disciplinador, e exige uma escola única capaz de superar o elitismo e unificar a cultura “humanista” e a formação técnica fundamentada no trabalho e na “aprendizagem gratuita” das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar”¹³.

A educação e a escola se encontram envolvidas pela preocupação política, onde o fundamental é a luta e o esforço para elevar a massa dos oprimidos para se fazerem dirigentes. Fica assim superada a contradição quantidade e qualidade, enquanto ela não se situa no ensino, mas nos ensinados, pois “a qualidade deveria ser atribuída aos homens e não às coisas, e a qualidade humana eleva-se e torna-se mais refinada em que o homem satisfaz um número maior de necessidades, tornando-se independente”¹⁴. Em educação a qualidade está na quantidade de necessidades que ela satisfaz, pelas quais os indivíduos se fazem melhores

como seres sociais. Socialmente, a maior quantidade de indivíduos que se beneficiam da educação gera a qualidade de tomarem posse dos bens da educação, de formarem uma cultura comum e uma hegemonia da maioria.

No pensamento de Gramsci cada vez mais fica claro que o elemento político determina a educação e que a tarefa educativa não se justifica a não ser no bojo da luta pela formação da nova cultura.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- GRAMSCI, Antonio — “Concepção Dialética da História”, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio — “Os Intelectuais e a Organização da Cultura”, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- GRAMSCI, Antonio — “Maquiavel, a Política e o Estado Moderno”, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- GRAMSCI, Antonio — “Literatura e Vida Nacional”, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- FERRETTI, Celso João — “Antonio Gramsci e a Educação como Hegemonia de Angelo Broccoli”, Resenha de Textos. São Paulo, 1980. Mimeografado.

NOTA:

- (1) GRAMSCI, A. — “Concepção Dialética da História”, pág. 21.
- (2) GRAMSCI, A. — “Literatura e Vida Nacional”, pág. 184.
- (3) GRAMSCI, A. — “Concepção Dialética da História”, pág. 26.
- (4) GRAMSCI, A. — “Os Intelectuais e a Organização da Cultura”, pág. 14.
- (5) IDEM — “Maquiavel, A Política e o Estado Moderno”, pág. 4.
- (6) IDEM — “Concepção Dialética da História”, pág. 109.
- (7) GRAMSCI, A. — “Concepção Dialética da História”, pág. 13.
- (8) GRAMSCI, A. — “Concepção Dialética da História”, pág. 16.
- IDEM — “Os Intelectuais e a Organização da Cultura”, pág. 8.
- (9) IDEM — “Concepção Dialética da História”, pág. 37.
- (10) IBIDEM — pág. 37.
- (11) GRAMSCI, A. — “Concepção Dialética da História”, pág. 19.
- (12) FERRETTI, Celso J. — “Resenha de Texto de A. Broccoli”, pág. 4.
- (13) GRAMSCI, A. — “Os Intelectuais e a Organização da Cultura”, pág. 137.
- (14) IDEM — “Maquiavel, a política e o Estado Moderno”, pág. 402.